

## **REPRESENTAÇÕES DA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE: REFLETINDO SOBRE O PAPEL DO PODER POLÍTICO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS/RJ**

Autor: Rodrigo Sampaio de Souza – PUC - Rio  
rodrigo\_sampaio2007@yahoo.com.br

Co-autor: Ana Carolina Santos Barbosa – PUC - Rio  
geog.carolina@yahoo.com.br

### **RESUMO**

Este trabalho é resultado de um projeto de pesquisa desenvolvido no programa de pós-graduação em geografia da PUC - Rio, juntamente ao Grupo de Estudos Gestão Territorial do Estado do Rio de Janeiro - GeTERJ. Trata-se de uma reflexão acerca das representações da denominada região da Baixada Fluminense, mais especificamente tendo como recorte empírico o município de Nilópolis, no estado do Rio de Janeiro e suas práticas políticas locais.

Palavras-chave: políticas locais, Nilópolis, município, estado do Rio de Janeiro.

### **INTRODUÇÃO**

A política de diversos municípios da Baixada Fluminense é historicamente marcada por domínios de grupos familiares, tendo o município de Nilópolis um exemplo empírico mais evidente devido à consolidação do domínio familiar e perpetuação até os dias atuais. Podemos pensar que a atual política nilopolitana provém de um contexto social próprio dos municípios que hoje integram a denominada região da Baixada Fluminense, sobretudo se entendermos que por se tratar de uma área periférica da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, onde as práticas políticas são vinculadas às condições sociais precárias que favorecem a propagação de ações características do poder político local na região, influenciadas pelo modelo federativo brasileiro. Representações da periferia metropolitana fluminense como um espaço de pobreza e portador de condições que facilitam práticas políticas oligárquicas que se contrapõem ao modelo democrático nacional podem ser identificadas. Na tentativa de delimitação desta porção espacial:

Encurralada entre a suntuosa e miserável cidade do Rio de Janeiro e um interior montanhoso e pouco habitado encontra-se a populosa região que todo o Brasil conhece como Baixada Fluminense. É comum somente vê-la como um conjunto de casebres não rebocados, como um dos maiores bolsões de miséria do Brasil (...). As casas mal construídas e não acabadas, a inexistência de serviços e aparelhos urbanos essenciais, a função de “dormitório” desses municípios e o controle que traficantes e “matadores” exercem em grande parte dos bairros populares baixadenses, torna esta região um lugar socialmente bem próximo das favelas brasileiras. (MONTEIRO, 2001, p. 14).

Acreditamos não ser necessário, até o momento de desenvolvimento desta pesquisa, discutirmos a categoria região, tão cara à ciência geográfica, porém devemos entender como a região da Baixada Fluminense configura-se mediante a sua inserção em outra região fluminense, a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. A partir dessa contextualização do espaço metropolitano fluminense e suas inter-relações, tomaremos como base as representações do espaço baixadense e posteriormente adentraremos ao contexto municipal de Nilópolis.

Não há uma delimitação por órgãos oficiais do que vem a ser a região da Baixada Fluminense, com seus municípios integrantes, porém existe uma representação tida como unânime da referida região, esta ligada às características de uma periferia urbana de uma grande metrópole brasileira, a cidade do Rio de Janeiro. Essa representação pode estar vinculada também ao contexto político que impera nos municípios que fazem parte da região em questão, desdobrando-se em representações do poder político da Baixada Fluminense.

Sobre representações políticas recorreremos a Castro (1997), que valoriza o imaginário político para entendermos as representações regionalistas em torno da geografia política, sub-campo da ciência geográfica ocupada em estudar ações mediadas por um território, que é geneticamente um reflexo do poder político sobre um espaço.

Constituindo a base das representações que orientam as direções das ações dos homens sobre o espaço, que o domínio do simbólico possui um inegável valor explicativo. Mais do que fonte de sobrevivência, a terra é um registro simbólico por excelência e, apesar de a racionalidade moderna ter conquistado os espaços

objetivos das relações sociais, as representações permanecem nos dispositivos simbólicos, nas práticas codificadas e ritualizadas, no imaginário e em suas projeções.” (CASTRO, 1997, p. 156).

Partindo desse pressuposto, entendemos que a Baixada Fluminense é constituída de imaginários políticos em torno de práticas que envolvem o poder patronal e particularismos na gestão pública que contrariam o Estado democrático de direito, retroalimentado pelas condições socioespaciais de uma periferia metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Essas representações sociais contribuem para uma inter-relação entre objetos concretos e seus conteúdos simbólicos (CASTRO, 1997), que auxiliam na compreensão das práticas políticas e nas organizações espaciais do recorte empírico em questão, o município baixadense de Nilópolis.

O presente artigo pode ser assim segmentado em três momentos: inicialmente nos ocuparemos em analisar as representações desta periferia metropolitana do estado do Rio de Janeiro, a região da Baixada Fluminense, no que tange à sua fluida delimitação enquanto uma unidade regional, associada ao poder dos dispositivos simbólicos e nas práticas codificadas e ritualizadas (CASTRO, 1997), para tal definição de região. No segundo momento adentraremos a discussão da mediação entre espaço e poder e o poder político instituído na referida região, este imbuído de práticas que se contrapõem aos ideais de democracia das sociedades modernas, buscando uma compreensão de como a política coronelista de diversos municípios baixadenses podem estar associadas à permanência de um arcaísmo nas práticas em sociedade, tendo como base à arquitetura social proposta por Claval (1978). Por fim, focalizaremos a escala municipal como um espaço político primaz nos estudos vinculados à prática da política e da gestão pública, esta como alimentadora de condições socioespaciais, representações sociais e políticas da Baixada Fluminense. Destacaremos, assim, as possíveis estratégias que buscam a manutenção do poder político familiar no município de Nilópolis.

### **REPRESENTAÇÕES DE UMA PERIFERIA METROPOLITANA: A REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE**

Em busca de uma contextualização do conceito de periferia metropolitana do estado do Rio de Janeiro, a região da Baixada Fluminense pode responder aos

anseios de uma delimitação espacial de área periférica em sua dimensão estadual. Porém, essas respostas aos anseios podem ser incompletas e não condizentes com a realidade complexa das inter-relações socioespaciais na região metropolitana fluminense. As representações de sua periferia por vezes se confundem com a própria dimensão regional da baixada, sendo assim conveniente entendermos a construção dessas representações mediante ao processo de ocupação dessa área incrustada entre a antiga capital do Brasil e o planalto da Serra do Mar de difícil ocupação populacional. Historicamente marcada por uma área em constante transformação, de um importante cinturão agrícola abastecedor da capital nacional da época, o antigo Distrito Federal, a um local destinado aos loteamentos e da autoconstrução pela população pobre, basicamente de origem migrante da região Nordeste do Brasil, a região da Baixada Fluminense passou por diversas reestruturações socioespaciais, no que tange à sua dimensão territorial-administrativa (via emancipações municipais) e também alterações no seu perfil socioeconômico (de área basicamente rural, atualmente portadora de pólos de produção e serviços vinculados ao setor urbano-industrial do Grande Rio). Portanto, recorreremos à dicotomia centro-periferia para entendermos as inter-relações socioespaciais entre a metrópole carioca com a região da Baixada Fluminense no âmbito intrametropolitano não responde à realidade que se estabelece atualmente, onde processos de periferização e polarização socioeconômica se mesclam tanto no núcleo metropolitano fluminense, quanto em sua periferia metropolitana, complexificando as relações e a delimitação de que se tem da região da Baixada Fluminense, nosso esforço no início deste trabalho.

Delimitarmos a região da Baixada Fluminense, enquanto um ente político-territorial, antes de compreendermos suas representações vinculadas ao simbólico e ao imaterial, resulta em controvérsias no que concerne aos seus limites administrativos. Como afirma Simões (2006):

Não existe um consenso geral do que seja a Baixada Fluminense, quais os seus limites e os municípios que a compõe. A cada trabalho sobre essa região reabre-se o debate, pois cada autor se coloca de maneira diferenciada com relação a área a ser delimitada. Contudo, existem alguns consensos que devem ser ressaltados. Os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são apontados, com

unanimidade, como núcleos desta região, assim como não há questionamento sobre a inclusão de seus “satélites” imediatos, como Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, que são incluídos como parte da Baixada Fluminense por todos os autores, mas nem sempre analisados com a mesma profundidade que o “núcleo duro”. Os problemas se encontram nos limites leste, oeste e norte. Dependendo dos autores, Magé e Guapimirim podem ser ou não inseridos na Baixada Fluminense, o mesmo ocorrendo com Itaguaí, Seropédica e Paracambi. (SIMÕES, 2006, p. 2).

Essa fluidez referente ao que vem a ser a região da Baixada Fluminense provém dos perfis político-administrativos das gestões municipais, no planejamento socioeconômico e nas perspectivas de desenvolvimento dos municípios que ora se integram, ora se desvinculam da referida região, ao que Rocha (2009) irá denominar de problemáticas territoriais da geopolítica da inclusão – exclusão: “Entendemos a Baixada Fluminense a partir do binômio território-representação, no qual as representações traduzem projetos de poder sobre um espaço, delimitando territórios. Por sua vez, as práticas sociais estabelecidas na produção do espaço contribuem para alimentar representações.” (ROCHA, 2009, p. 18).

Novamente a concepção regional da Baixada Fluminense recai na esfera das representações sociais, do que é ser ou não ser baixadense. Porém, pondo essas questões relacionadas à imaterialidade para mais adiante, concordamos com Simões (2006) ao defender que a atual configuração regional da Baixada Fluminense é originada de dois núcleos: os antigos municípios de Iguaçu e Estrela. Conhecidos como núcleos-duros do processo de desenvolvimento socioespacial da Baixada Fluminense, esses municípios possuíam em comum a histórica função de portos fluviais e de ligação com o interior do país, com posterior ocupação via loteamentos populares que acompanhavam a linha ferroviária D. Pedro II em direção ao antigo Distrito Federal, atual cidade do Rio de Janeiro (SIMÕES, 2006). Junto ao processo integração com a então capital do Brasil e de expansão urbana na região, identifica-se a fragmentação territorial a partir de Iguaçu e Estrela através das emancipações dos municípios que atualmente compõem a região em tela.

Posteriormente à delimitação da região a ser trabalhada neste artigo, adentraremos à dimensão das representações simbólicas da Baixada Fluminense,

esta imbuída de imaginários sociais referentes à uma periferia metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Sobre a relevância do imaginário nos estudos de geografia política, reiteramos ao pensamento de Castro (1997):

Todas estas questões apontam para a relação necessária entre imaginário e epistemologia. Primeiro, o papel heurístico do imaginário, cujos conteúdos simbólicos das imagens, do impreciso, das contradições, constituem desafios colocados à investigação científica, em qualquer campo, há muito tempo. Segundo, e em decorrência natural do primeiro, considerar conceitual e empiricamente o imaginário constitui uma alternativa metodológica para criar com a complexidade dos fenômenos geográficos; ou seja, com a multiplicidade das suas mediações e dos seus símbolos, com a incorporação explicativa do não racional e do emocional e com o ressurgimento do fenômeno, rejeitado pelas atividades racionais desde o final do século XVIII. (CASTRO, 1997, p. 160).

Buscar, portanto, no imaginário das representações do quem vem a ser a região da Baixada Fluminense sob a ótica das práticas políticas locais, torna-se importante recorrermos à contextualização das condições socioespaciais e como isso reflete nas representações do que é ser baixada na dimensão estadual e como ser baixadense associa-se às práticas políticas tipicamente locais, como o coronelismo urbano, o mandonismo familiar, a política patronal e o particularismo na gestão pública no âmbito municipal. Podemos questionar se há uma gestão da precariedade e da pobreza como elemento principal para a manutenção de arcaísmos sociais (CLAVAL, 1978) na política de diversos municípios baixadenses, como o município de Nilópolis.

Até o momento de desenvolvimento deste trabalho, enfatizamos a questão da periferia como local privilegiado para práticas políticas locais vinculadas ao coronelismo urbano na Baixada Fluminense, porém faz-se necessário definirmos a idéia de periferia que norteia o presente artigo. Para Lago (2010),

A noção de 'periferia', construída nos anos 1970, nos marcos da sociologia urbana marxista, e incorporada em seguida ao senso comum, qualifica um determinado território na metrópole pelo conjunto de carências ali observadas e não encontrado em outro lugar: carência de serviços públicos básicos, de urbanização

de áreas públicas, de titularidade da propriedade e de proximidade do mercado de trabalho, entre outras. (LAGO, 2010, p. 133).

Identificado por Segadas Soares (1962), a periferização da região da Baixada Fluminense está relacionada com a sua ocupação urbana via loteamentos de autoconstrução e sua integração socioespacial com a cidade do Rio de Janeiro, antiga Distrito Federal. “Essa grande massa humana, que reside em Nova Iguaçu, se compõe em sua grande maioria, de uma população pobre que aí foi encontrar habitação de módico aluguel ou então um pequeno lote, de baixo preço, comprado com enorme facilidade de pagamento para construir sua modesta residência.” (SEGADAS SOARES, 1962, p. 182).

Assim, com a consolidação de uma área que posteriormente servirá como um núcleo abastecedor de mão-de-obra para a então capital nacional tem-se a origem de uma periferia metropolitana fluminense, onde o perfil socioespacial é reproduzido até os dias atuais, principalmente refletindo nas práticas vitais em sociedade, como a política. Porém, diante dessa absorção da célula urbana carioca de suas imediações do recôncavo da Guanabara para a Baixada Fluminense (SEGADAS SOARES, 1962), e a conseqüente integração metrópole-periferia, no âmbito da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, originam-se contradições no que tange a um centro desenvolvido e a uma periferia pobre, relegada ao papel de núcleo-dormitório.

A superação da condição de periferia e centro como categorias analíticas nos estudos metropolitanos como aponta Lago (2010), revelados a partir do perfil econômico e social diante da diminuição da mobilidade espacial dos trabalhadores entre o seu local de moradia e o seu local de trabalho, ou melhor, entre a periferia metropolitana fluminense e seu respectivo núcleo metropolitano. Esse processo de descentralização econômica na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro vem revelar a complexificação das relações socioespaciais e a própria superação da dicotomia centro-periferia entre a cidade do Rio de Janeiro e a região da Baixada Fluminense, respectivamente, através da mudança do perfil social e do surgimento do lugar do trabalho nos sub-centros da periferia metropolitana, que possivelmente apenas reproduz a condição desigual, devido ao crescimento da informalidade e do próprio encarecimento na mobilidade intrametropolitana, Lago (2010).

Diante de novas reestruturações socioespaciais na escala da região da Baixada Fluminense, permanências intrínsecas à sua condição inicial de local da autoconstrução de uma população pobre migrante, como o crescimento da mão-de-obra mal remunerada e informal, são fenômenos que surgem paralelamente à ascensão dos centros e sub-centros municipais, à expansão do capital imobiliário e da incrementação de novos atores sociais nos municípios baixadenses, Lago (2010) reproduzindo assim a lógica da periferia dentro da própria periferia fluminense. São nessas periferias, ou melhor, nesses remanescentes socioespaciais da precarização que a lógica da prática política coronelista se retroalimenta, reproduz e perpetua a gestão pública particularista.

A patronagem como prática política na região da Baixada Fluminense revela estruturas de poder local vinculadas à condição de periferia e suas representações características (pobreza, violência, serviços públicos precários, entre outras). Sobre as estruturas de poder instituídas na região, determinadas estratégias de atores sociais se fazem importantes para a consolidação e reprodução das práticas políticas ligadas ao conhecido coronelismo urbano. A atuação do mandonismo local, referente ao estabelecimento de grupos de extermínio, do braço armado de um dado ator político e/ou de uma figura popular de um município baixadense é herança de uma área periférica e de diretrizes do modelo político ditatorial do Brasil do período militar. Porém, como pondera Alves,

(...) esse padrão de violência absoluto vem se mantendo porque foi construído ao longo do tempo em função da estruturação do poder político local. Por isso a existência dos matadores de aluguel, dos grupos de extermínio não se dá apenas no período da Ditadura Militar. Na realidade podemos afirmar que na Baixada Fluminense há uma dramática tradição de violência organizada que começa muito antes, já no fim do Período Colonial, para depois se afirmar, no início dos anos 30, quando figuras políticas como Tenório Cavalcanti, Getúlio de Moura, construíram a sua base de poder político na Baixada como se o poder fosse um produto para sua pequena empresa política calcada na estrutura da violência. Ao identificarmos a lógica histórica da violência na Baixada podemos entender por que, hoje, muitos promotores públicos dizem que na Baixada os matadores estão no poder. (ALVES, 2004, p. 2).

Assim, o trunfo do poder político local na região da Baixada Fluminense é historicamente assentado na violência e na coerção via constituição de braços armados, grupos de extermínio e outros aparatos de poder sobre a massa trabalhadora em seus núcleos periféricos. São estratégias que visam o domínio espacial de determinados atores que reproduzem a lógica da política coronelista nos municípios baixadenses. Partindo dessa premissa, faz-se necessário entendermos como as dimensões de poder se instalam nos espaços da denominada região da Baixada Fluminense.

### **DISCUTINDO PRÁTICAS POLÍTICAS E DIMENSÕES DE PODER NA REGIÃO DA BAIXADA FLUMINENSE**

Para balizarmos nossa discussão acerca dos poderes instituídos na região da Baixada Fluminense devemos entender que a construção das relações sociais no então núcleo de expansão populacional da Baixada da Guanabara para o interior de seu recôncavo são arraigadas ao modelo colonial – a partir do poderio referente ao domínio de terras do latifúndio monocultor – e que se reproduzem até os dias atuais, porém com novas facetas, como o poderio socioeconômico ligado à contravenção das famílias Sessim e Abrão David, focalizando o recorte municipal em questão, o município de Nilópolis, que será trabalhado posteriormente. Como estratégias de manutenção do poder os antigos e atuais atores recorrem à prática da violência, aliada ao seu poderio econômico e suas projeções enquanto “figuras ilustres” no ambiente social dos municípios baixadenses, atores esses que buscam aliar-se à máquina político-burocrática municipal, também como estratégia de instituição de seus respectivos poderes locais.

Sobre o conceito de poder na geografia política, Castro (2010) aponta que, o poder é considerado como a manifestação de uma possibilidade de dispor de um instrumento para se chegar a um fim (a vantagem ou o efeito desejado), mas a possibilidade de chegar a este fim supõe a existência de uma relação necessariamente assimétrica, ou seja, a possibilidade de que uma das partes disponha de mais meios ou de maior capacidade de obter o efeito desejado através da prerrogativa de aplicar algum tipo de *sanção*”. (CASTRO, 2010, pp. 97-98. Grifo do autor).

Partindo de uma relação essencialmente assimétrica, Castro (2010) – os detentores de bens materiais e da força da coerção mediante a violência sobre uma população pobre característica da periferia metropolitana fluminense – entendemos aqui que o poder provém de agentes com diferentes níveis de ação como em um recorte municipal.

O poder será desdobrado em poder político a partir da dialógica entre o poder instituinte e o poder instituído nas relações em sociedade, ou seja, quais os atores e suas respectivas ações se estabelecem como a autoridade geral de uma organização social – o poder instituído – e quais agentes e práticas sociais estão à margem dessa autoridade geral, porém buscando uma legitimação na arena política que poderá romper com o poder instituído – os atores e ações instituintes. Assim, o poder político é entendido como um respaldo social a uma determinada condição, gestão ou liderança mediante diversos instrumentos, como o poder da força, o poder do voto (sistema representativo), poder de submeter a outros atores e indivíduos, entre outros meios.

O Estado torna-se o principal agente do poder político, ou melhor, a organização instituída de poder para a governança e para decisões que envolvem a vida em sociedade dos indivíduos, heranças das sociedades modernas frente às formas de representação do poder que visam a gestão de idiosincrasias sociais plurais, dissociando as condições estabelecidas juridicamente mediante a normatização dos atos. (CLAVAL, 1978).

Sobre o aparato do Estado e seus instrumentos, Weber (1967) compreende que a dimensão do poder político necessariamente perpassa à dimensão estatal, através de seus “agrupamentos ‘políticos’” (WEBER, 1967, p. 55) e suas práticas institucionalizadas:

Mas, o que é um agrupamento “político” do ponto de vista de um sociólogo? O que é um Estado? Sociologicamente um Estado não se deixa definir por seus fins. Em verdade quase que não existe uma tarefa de um agrupamento político qualquer (...). Sociologicamente o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico *meio* que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, a coação física.

“Todo Estado se funda na força”, disse um dia Trotsky a Brest-Litovsk. E isso é verdade. Se só existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido e apenas subsistiria o que, no próprio sentido da palavra se denominaria “anarquia”. (WEBER, 1967, pp. 55-56. Grifo do autor).

A violência como um meio para alcançar o poder político na região da Baixada Fluminense provém do histórico de ações dos “mandatários locais” e ao integrarem à máquina estatal de forma direta ou indireta, acionam esse instrumento como forma de legitimação do poderio local e a perpetuação da lógica patronal.

Sobre o poder patronal, Grynszpan (1990) entende que

a patronagem é referida como uma relação através da qual se torna possível o acesso a bens, recursos, serviços e mesmo posições sociais que, de outra forma, não poderiam ser obtidos. *Trata-se de um vínculo pessoal, vertical, entre indivíduos de status, poder e riquezas diferentes, uma relação assimétrica que se expressa mesmo através de uma troca desequilibrada, com fluxos de natureza distinta.* De um lado feriamos, por exemplo, proteção, emprego e auxílio em ocasiões diversas e, de outro, deferência, lealdade, serviços variados e mesmo – ou principalmente, diriam alguns – votos. (GRYNSZPAN, 1990, p. 1. Grifo nosso).

O poder patronal como prática política característica dos municípios da região da Baixada Fluminense teve como atores sociais as conhecidas “figuras ilustres” no ambiente social e em suas respectivas arenas políticas. Dentre os diversos “mandatários locais”, alguns se destacam devido à sua projeção enquanto agentes do poder que extrapolam a escala municipal. Tenório Cavalcanti tornou-se o principal representante do mandonismo local e da materialização do poder através da coerção e de práticas clientelistas, de favorecimento e de apadrinhamento. Figura que integra os simbolismos e imaginários das representações da região da Baixada Fluminense, “Tenório reforçava sua fama de valentia e o ar de mistério que envolvia sua figura, elementos que habilmente explorava; portando sempre uma capa preta sob a qual disfarçava um colete de aço e a metralhadora que chamava de Lurdinha.” (GRYNSZPAN, 1990, p. 3). Diante dessa caracterização de Grynszpan (1990), inferimos que os elementos que constituem o poder instituído nos municípios baixadenses tendem a criar espaços e direitos particulares favorecendo aos que

integram a lógica patronal, sobretudo no que concerne à consolidação e permanência dessa estrutura de poder local.

Pertencer a panelinhas e igrejinhas, contar com trampolins e cabides de emprego, pode ser decisivo (...). Assim, além de regular fluxo de bens e serviços, as relações pessoais e a patronagem podem, ainda, permitir, ou mesmo obstar, a circulação de pessoas não apenas no espaço físico, mas, principalmente, no espaço social. (GRYNSZPAN, 1990, p. 3).

Partindo dessa ideia, as relações interpessoais que envolvem a prática política clientelista entre o ator político, ou melhor, o gestor dos direitos no âmbito local tende a se contrapor à face impessoal, da moral da imparcialidade e dos códigos formais da política moderna (STIRLING, 1968 *apud* GRYNSZPAN, 1990, p. 25).

Retornando ao contexto de uma periferia metropolitana fluminense e suas condições socioespaciais, os municípios baixadenses tornam-se lócus das práticas políticas patronais. Em uma área onde as carências de meios de sobrevivência são evidentes, a gestão da precariedade e o favorecimento aos que se integram à lógica do mandonismo local, são os principais elementos da instituição da força e da violência aliada ao poder político na Baixada Fluminense.

Partindo do pressuposto de que a patronagem é essencialmente pautada na assimetria de poder no âmbito do acesso e controle dos recursos e bens materiais, entre o gestor (formal ou informal) da precariedade – um líder político, uma “figura ilustre” do local ou um empreendedor que adquire uma posição social de destaque; e a rede clientelista que esse ator social estabelece via práticas de apadrinhamento, indicação de cargos públicos, patrocínio de festas populares, além da promoção da “ordem” mediante a relação com grupos de extermínio e braços armados, entre outras estratégias do mandonismo local.

Como veremos adiante, a unidade federativa municipal tende a ser o recorte primaz nos estudos que envolvem a política patronal, sobretudo no que tange à gestão pública descentralizada preconizada pelo modelo federativo nacional. O município de Nilópolis representa empiricamente a consolidação e a reprodução de estruturas de poder vinculadas à lógica patronal ancorada no poder de dois ramos

familiares de grande destaque na arena política nilopolitana: os representantes da família Abrão e Sessim David.

## **O MODELO FEDERATIVO NACIONAL E A DIVISÃO POLÍTICO-TERRITORIAL: O MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS COMO UM ESPAÇO DA POLÍTICA CORONELISTA**

Ao focalizarmos a escala municipal com vistas ao estudo das práticas políticas vinculadas à patronagem em Nilópolis, primeiramente devemos entender como a divisão político-territorial brasileira tende a valorizar o município como ente autônomo referente à gestão territorial e o acesso aos serviços básicos como assistência social, saúde, saneamento e educação.

Para Castro (2010), “O pacto federativo é um formato político institucional que tem como objetivo a difícil tarefa de preservar a diversidade, unificando e conciliando objetivos, muitas vezes opostos.” (CASTRO, 2010, p. 164). Nesse sentido, o federalismo brasileiro pautado na Constituição de 1988 busca a descentralização do poder referente à gestão e a legislação local, como forma de respeitar os localismos e as especificidades de interesses. A divisão em três esferas de governança (União, Estados e Municípios), no âmbito desses recortes em espaços políticos, os dispositivos constitucionais são os instrumentos que validam as competências e os direitos dos entes federativos, esses circunscritos por instituições políticas (CASTRO, 2003). Castro (2003) delimita um espaço político a partir de regras e estratégias da política; ser um espaço da lei, da decisão e da não decisão, dos interesses e dos conflitos, do controle e da coerção legítima. Em outras palavras, uma abordagem do espaço a partir das instituições políticas define um recorte, uma ação de efeitos necessariamente abrangentes em relação à sociedade e ao seu espaço e define também a possibilidade do recurso à coerção, pela lei ou pela força legítima. (CASTRO, 2003, p. 17).

Sendo assim, o desenho político-institucional brasileiro tende a valorizar a escala local, portadora de autonomia na gestão pública, convergindo ao projeto de descentralização dos direitos e competências no pós-1988.

A estrutura federativa brasileira como modelo de gestão territorial de competências e direitos entre as unidades da federação guia-se pelo princípio da

descentralização do poder público, favorecendo unidades federativas ligadas mais diretamente com a distribuição igualitária dos recursos públicos, como a escala municipal enquanto ente federativo mais competente às demandas dos cidadãos. Porém devemos analisar como a autonomia municipal pode ser um verdadeiro dispositivo constitucional de apoio à gestão pela equalização da cidadania, sobretudo no que concerne aos mecanismos e aos mandonismos políticos locais, que se contrapõem ao Estado político de direito preconizado pelo modelo político federalista da Constituição atual.

Sobre a descentralização da gestão pública nacional Souza (2006) aponta que, diferentemente de muitas federações, a brasileira, assim como a belga, é um sistema de três níveis (triplo federalismo) porque incorporou, em 1988, os municípios junto com os estados, como partes integrantes da Federação, *refletindo uma longa tradição de autonomia municipal e de escasso controle pelos estados sobre questões locais*. (SOUZA, 2006, p. 194. Grifo nosso).

Retornando ao nosso enfoque sobre o município, podemos inferir que diante dessa autonomia da unidade federativa municipal pode converter-se a manifestação, consolidação ou recrudescimento de mandonismos locais, onde podemos identificar com maior facilidade práticas sociais devido à escala geográfica priorizada nos estudos. Assim, “O município é um recorte espacial possível para a análise porque ele é um espaço político, uma escala de ação e um território onde se encontram organizadas as condições materiais e simbólicas do cotidiano social.” (CASTRO, 2003, p. 9).

Portanto, são nas práticas cotidianas que podemos estudar o poder público como produtor, reproduzidor ou aniquilador de determinadas condições socioespaciais, e, portanto, o recorte municipal, delimitados por aparelhos político-institucionais, vem a ser um recorte importante nas investigações que se preocupam com a cidadania e à equalização social. Nosso esforço neste momento do referido artigo é identificar as estratégias de poder local no âmbito do município de Nilópolis, na região da Baixada Fluminense.

O município de Nilópolis, geneticamente constituído a partir da dinâmica socioespacial predominante dos municípios baixadenses, é o recorte primaz para estudarmos as práticas do coronelismo urbano brasileiro. Sua origem enquanto ente

político-territorial se confunde com a própria história de duas famílias que representam a elite política local – as famílias Sessim David e Abrão David – suas projeções enquanto agentes do poder perpassam a face da manutenção da “ordem”, da coerção e da violência. Determinadas estratégias que buscam o vínculo entre os “mandatários”, ou melhor, os “benfeitores” como se esse relacionamento ator social-população local fosse naturalizado e imbuído de relações interpessoais, característica da prática política coronelista. Como “figuras ilustres” no município, portadores de imaginários e mitos ligados às suas trajetórias de empreendedores e profissionais bem-sucedidos, atores sociais como Aniz Abrão David representam uma das “personalidades” que se destacam nessa genealogia do mandonismo nilopolitano.

Nasci e fui criado por pais que me ensinaram muitos valores, especialmente relacionados à solidariedade.

Minha mãe, dona Júlia, recebia as crianças da vizinhança com a maior paciência e carinho, sempre com algum doce gostoso para nos servir.

Por isso, meus irmãos e eu aprendemos, desde cedo, o valor da solidariedade e da fraternidade.

Cresci, e em todos os momentos da minha vida mantive como regra número um a solidariedade entre as pessoas. Busco me manter fiel a essa regra, e quem me conhece bem pode me julgar.

Hoje, nos meus 74 anos de idade, conto com uma experiência que me dá a certeza de que, ao dedicar boa parte da minha vida à Beija-Flor de Nilópolis e às crianças de minha cidade, fiz o que era certo.

Quando encontro inesperadamente um rapaz que estudou no Educandário Abrão David, ou uma criança que estudou na Creche Julia Abrão David, entendo que por intermédio de minha mãe me foi dada uma missão.

E como sou brasileiro, não fujo da briga. Se tenho uma missão, quero tê-la comigo porque vou realizá-la. (...) (Palavras de Aniz Abrão David, Revista Beija-Flor, 2012, p. 4).

Nessa passagem de um depoimento do patrono da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis (símbolo máximo do município), de uma publicação anual de sua revista, sintetiza uma das estratégias de instauração do poder da família diante da

promoção pessoal e das práticas de assistencialismo, citadas pelo próprio contraventor.

A figura do bicheiro, tão popular nos municípios da Baixada Fluminense, por vezes pode ser vista como um exemplo de indivíduo fora da lei, corrupto e perigoso, porém como estratégia de instaurar um poder via práticas populistas, essa face negativa que a contravenção adquire é desvinculada a partir da criação de mitos, que a autopromoção tende a propagar e consolidar. Eis, com efeito, a criação do “mito do benfeitor” como é identificado por Bezerra (2010) na figura do patrono da escola de samba nilopolitana e o seu culto frente às manifestações populares, como o carnaval carioca.

## RESULTADOS

Podemos, portanto, identificar algumas estratégias de instauração do poder familiar no município de Nilópolis: a prática da coerção, na figura do contraventor e a prática do assistencialismo, reforçada no “mito do benfeitor” (BEZERRA, 2010). Além disso, a autopromoção referente a publicações, sambas-exaltação, entre outras, dão forma a figura patronal e a prática coronelista no município de Nilópolis.

Além das estratégias de poder local identificadas, o poder tende a desdobrar-se em poder político, como visto ao longo deste trabalho, a partir de sua institucionalização mediada por instrumentos vinculados às estruturas estatais, como vimos em Weber (1967). Como adiantado neste artigo, em diversos municípios da região da Baixada Fluminense, os atores do poder local procuram se integrarem à máquina estatal dos respectivos municípios, aliando-se ao sistema burocrático-administrativo como forma de consolidar seus poderes sob a mão da legalidade e do instituído.

Assim, mais especificamente, no município de Nilópolis, a influência das famílias que fazem parte da elite política nos processos eleitorais representa mais uma estratégia de consolidação do poder patronal, refletindo na gestão pública particularista e na gestão de precariedades, que se contrapõem ao ideal de democracia e de equalização dos direitos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias, : APPH, CLIO, 2003.

BEZERRA, Luiz Anselmo. **A família Beija-Flor**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, 2010.

CASTRO, I. E. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: CASTRO, I. E. ; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, P. C. da Costa (orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 367p. Pp. 155-196.

\_\_\_\_\_. CASTRO, Iná Elias de. **Instituições e território. Possibilidades e limites ao exercício da cidadania no Brasil**. Revista Geosul, 2003, vol. 19, pp. 16-32.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GRYNSPAN, Mário. **Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº14, ano 5, 1990.

LAGO, Luciana Corrêa do. A 'periferia' metropolitana como lugar do trabalho: da cidade dormitório à cidade plena. In: PENALVA SANTOS, Ângela Moulin S. *et all.* **Rio de Janeiro: um olhar sociespacial**. Editora Gramma, 2010, pp. 133-154.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense - identidade e transformações: estudo de relações políticas na Baixada Fluminense**. Dissertação de mestrado em História Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

ROCHA, André Santos da. **Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial**. Dissertação de mestrado em Geografia Universidade Federal fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

SEGADAS SOARES, Maria Therezinha. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, vol2, n24, 1962.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. Tese de doutoramento em Geografia, Universidade Federal fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, Celina. Desenho constitucional, instituições federativas e relações intergovernamentais no Brasil pós-1988. In FLEURY, Sonia (org.). **Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil e Espanha**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, pp. 187-212.

WEBER, Max. **Ciência e Política, Duas Vocações**. Dunkler e Hunblot, Berlim, 1968.

**Revista Beija-Flor de Nilópolis: uma escola de vida**, ed: 11 de Fevereiro de 2012.